

LÍNGUAS NÔMADES

Valéria Contrucci de Oliveira Mailer¹

Resumo: O objetivo deste estudo é problematizar a relação entre a língua portuguesa, eleita como modelo e com *status* de língua oficial, e outras línguas nacionais. Discutir como as línguas faladas por grupos minoritários brasileiros podem constituir instrumentos de resistências contra a homogeneização e em movimentos intensos e no embate com a máquina de fabricar do Estado podem produzir sentidos e efeitos de “fora”, na essência dos acontecimentos. São línguas nômades, e para além da representação, máquinas de guerra que, agenciam e criam desterritorialização. O aporte teórico está centrado em Deleuze (1994), Nietzsche (2001), Mailer (2003) e Schöpke (2004).

Palavras-chave: Línguas minoritárias; representação; máquinas de criar.

A relação de Deleuze com a linguagem não é muito tranquila. Embora não negue seu papel enquanto instrumento de expressão dos conceitos, coloca-a em seu devido lugar, ou seja, uma ação de representação somente. Rema no mesmo barco que Nietzsche, quando defende ser o mundo uma mentira que concebemos como certezas e verdades por meio dos conceitos científicos e da linguagem, sem qualquer correspondência com o real, pois está perpassado pela língua e a língua é somente uma metáfora do real (NIETZSCHE, 2001).

Criticando a filosofia clássica, aponta ser este o grande obstáculo para o pensamento, já que a representação, por meio da linguagem, impede que se vislumbre o real. A linguagem aparece como um grande problema para Deleuze (1994), a partir de seu diálogo com a linguística estruturalista, define o conceito de sentido, deixando claro que nada tem a ver com o que a linguística moderna denominou de significado. Pelo contrário, ao nos determos no signo linguístico (significante/significado/referente), daremos conta somente da reconhecimento, de simbolizar o real, mas não de apreendê-lo. O sentido em Deleuze, embora expresso pela linguagem, está fora dela, na relação dos corpos, nos agenciamentos, nos acontecimentos puros, que causam efeitos em forma de rizoma, sem um centro de origem, lançados no tempo e no espaço.

Dessa forma, segundo ele, para pensarmos a linguagem para além da representação, é preciso lançar mão da literatura. A literatura, como uma das expressões da arte, se apresenta como a linguagem do estranhamento, que suscita sentidos, que cria, que nos introduz a um outro mundo, com novas possibilidades. Por isso Deleuze cita Lewis Carol, Hesse e Kafka como autores/escritores nômades, que criam mundos singulares, únicos, insubstituíveis, espaços lisos, portanto. A literatura, sem dúvida, é uma grande possibilidade de virtualizar os sentidos, de multiplicá-los, de driblar a representação. A escrita é para Deleuze “(...) – na sua mais profunda essência – uma linha de fuga, uma possibilidade de transgressão dos limites impostos pelas leis da linguagem sedentária” (SCHÖPKE, p. 181).

Como, então, transformar a linguagem em máquina de guerra nômade? Como utilizá-la para resistir ao aparelhamento do Estado, à produção e reprodução de modelos, para além da literatura?

A discussão neste ponto vai ao encontro de uma análise considerando o contexto brasileiro e a relação com as línguas aqui faladas tentando estabelecer um paralelo com o pensamento deleuziano e as línguas como máquinas de fabricar ou máquinas de criação. Terreno movediço, já que de fato as línguas, estruturalmente falando, impedem o pensamento. Temos no Brasil uma situação *sui generis* linguisticamente. Juntamente com a língua portuguesa, língua oficial definida pelo artigo 13 da Constituição Federal de 1988 – “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” –, convivem em território nacional cerca de outras 200

¹ Mestre em Linguística. Professora do departamento de Letras. Membro do grupo de pesquisa Políticas de Educação na Contemporaneidade da Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: vmailerbr@yahoo.de.

línguas (OLIVEIRA, 2000), entre línguas de imigrantes, indígenas e LIBRAS, a língua brasileira de sinais. São as línguas minoritárias brasileiras, aquelas que não têm o mesmo *status* da língua portuguesa, faladas por várias etnias indígenas, descendentes de imigrantes europeus ou asiáticos, em sua maioria fixados na zona rural e pela comunidade de surdos. Grupos muito vulneráveis social e politicamente e que de certa forma estão alijados do controle Estatal, embora haja algumas ações para capturá-los, como a educação bilíngue indígena, a introdução de LIBRAS nos currículos dos cursos superiores, cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica e superior e ações locais em relação às línguas de imigrantes. O Brasil tem uma história de uma política sistemática de padronização originando um “mito da homogeneidade linguística e cultural” (MAILER, 2003) que persiste ainda hoje, impôs desde a colonização, a língua portuguesa como língua oficial e nacional a todos os brasileiros de norte a sul, independente da etnia e cultura. O Estado atuou, dessa forma, para estabelecer uma sociedade unificada em torno da língua portuguesa. Realizou diversas ações para eliminar línguas e culturas que não se enquadravam no modelo de sociedade que se pretendia criar. Reprimiu as línguas indígenas no século XVIII com Diretório dos Índios de Pombal, eliminando grande parte destas línguas e mesmo a língua geral já disseminada em território brasileiro. Os imigrantes europeus vieram para branquear a população brasileira, considerada negra demais para se desenvolver, uma concepção extremamente racista do Estado (SEYFERTH, 1994). Mas também eles passaram por processos de homogeneização com sucessivas campanhas para controle a assimilação ao modelo nacional de língua e cultura. Os negros, trazidos da África nos quatro séculos de tráfico, multiétnicos e plurilíngues, assimilaram à força, a língua e cultura dominante.

Neste contexto, de que maneira a presença de línguas outras, que não a língua portuguesa em território nacional, transforma-se em uma máquina de criar, uma máquina de guerra, de resistência a modelos, de agenciamentos e desterritorialização, que no embate de corpos produz sentidos?

Não seria um paradoxo admitir que a língua, como um instrumento da representação pudesse de alguma forma produzir sentidos?

O que se pretende aqui é ir além da língua como estrutura, mas analisar as relações que se estabelecem entre elas, ou seja, entre corpos na batalha, nas resistências no interior do Estado.

É essa relação de poder que se estabelece entre as línguas, na qual umas são melhores que outras, umas têm mais prestígio que outras, umas têm mais espaços que outras que discutimos neste artigo. Afinal, as línguas não existem sem os indivíduos que as falam. E “uma língua vale, o quanto vale um indivíduo na sociedade” (GNERRE, 1991). Dessa forma, as línguas minoritárias, de grupos desprestigiados socialmente travam batalhas diárias contra a reprodução em série e a padronização, em última análise, uma luta pela sobrevivência e ameaças de extinção por uma sociedade cada vez mais massificada, uniforme, igual.

As línguas indígenas, algumas capturadas pelo Estado, passam por um processo de descrição linguística, já que são ágrafas e busca-se inseri-las na educação formal. É mais um braço do Estado que regula essas populações por meio da educação e da língua. Aqui não se leva em conta a cultura destes povos, mas a adequação deles à cultura dominante. Embora os discursos sejam os de preservação e valorização.

Apesar disso, as línguas e os povos resistem. Tem suas próprias regras, seus próprios códigos, são máquinas de criar, de ter em mãos o destino de si próprios, independentes do controle estatal. Criam mecanismos de preservação de si e de suas culturas, fingem pertencer ao Estado, mas estão, de fato, em constante mudança, no fluxo, nos devires, são nômades.

A máquina de guerra estatal é cruel, classifica, seleciona, exclui, transforma os indivíduos em números, avalia, julga, condena. Se a língua é representação, e de fato é, por outro lado pode ser também resistência, criação, força que sempre retorna, estabelecendo sentidos múltiplos, causando efeitos.

Pensando neste jogo de poder entre indivíduos assimétricos, hierarquicamente separados por sua condição social e política, as minorias, entre elas as linguísticas, são hoje uma das forças que insurgem contra o poder do Estado e seus instrumentos de controle. Atuam para contestar o modelo imposto, estabelecido, eleito para todos, sem distinção.

A simples presença dessas línguas na sociedade causa estranhamento, incômodo, criam movimentos intensos, únicos, insubstituíveis. É partir deste pensamento, para além da representação, que a língua pode ser também uma máquina de guerra, de superação, de devires, línguas nômades.

Referências

- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. 342 p. Estudos, 35.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 115 p. Texto e linguagem.
- MAILER, V. C. de O. *O Alemão em Blumenau: uma questão de identidade e cidadania*. 2003. Dissertação de Mestrado – UFSC, Florianópolis, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extramoral. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 05-23, jul./dez. 2001.
- OLIVEIRA, G. M. (2000). Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In: MOURA e SILVA (Org.). *O Direito à Fala*. Florianópolis: Editora Insular. p. 83-92.
- SCHÖPKE, Regina. *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 222 p.
- SEYFERTH, G. (1994). Identidade Étnica, Assimilação e Cidadania – A imigração alemã e o Estado brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, p. 103-122.